

Taxas de nascimentos prematuros na região Sul do Brasil e sua associação com a pandemia de COVID-19. Uma contribuição ao debate.

Helena Gandolfo Oliveira¹, e-mail: helegandolfo@outlook.com, ORCID: 0009-0007-8149-6894
Giovana Rezende Da Silva², ORCID: 0009-0007-1731-8284
Jociely Parrilha Mota Furlan³, ORCID: 0000-0003-1555-3161

RESUMO: Este estudo se propõe a investigar a prematuridade, uma condição que se caracteriza, de acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo nascimento que ocorre antes das 37 semanas completas de gestação, e sua potencial relação com a pandemia de COVID -19. Durante o período compreendido entre os anos de 2018 e 2021, na região Sul do Brasil, um exame cuidadoso dos dados disponíveis não revela um aumento notável nas taxas de nascimento prematuros durante o contexto pandêmico. Em suma, as taxas de nascimentos prematuros demonstraram uma estabilidade relativa ao longo deste período temporal, exibindo variações mínimas em diferentes intervalos de semanas de gestação.

Palavras-chave: Parto prematuro; covid-19; gestação.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define nascimento prematuro como o nascimento que ocorre antes de completar 37 semanas de gestação, ou menos de 259 dias contados a partir da primeira data do último período menstrual (DUM) de uma mulher. Essa condição é caracterizada pela gestação não atingir a duração esperada, e não está relacionada à presença de sinais ou sintomas específicos. Dependendo da perspectiva adotada, o parto prematuro pode ser considerado um resultado induzido da gravidez (quando o feto não atinge seu potencial completo de crescimento dentro do útero) ou um resultado preferencial (por exemplo, quando se evita com sucesso um aborto espontâneo ou uma prematuridade inviável) (VOGEL; CHAWANPAIBOON; MOLLER; WATANANIRUN et al., 2018).

A COVID-19, conhecida por uma infecção respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, possui uma possível causa para nascimentos prematuros por questões patológicas de



interrupção do trabalho de parto antes do termo ou por questões maternas de infecção como a síndrome respiratória. (ALBERON; ROSA; ISER.2023).

Verificou-se uma propensão a acreditar que a pandemia de COVID-19 possa ter influenciado o incremento das taxas de nascimentos prematuros. Portanto, o propósito deste trabalho é examinar se de fato ocorreu um aumento na incidência de partos prematuros durante o período pandêmico na região Sul do Brasil.

METODOLOGIA

O presente estudo é do tipo observacional, transversal e através do levantamento de dados do Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS). A busca de dados foi referente aos nascidos prematuros vivos na região Sul do Brasil, durante o período de tempo de 2018 a 2021. Para a coleta das informações sobre o tema, foi acessada a área no portal do DATASUS no endereço <https://datasus.saude.gov.br/> que aborda os dados de quantidade de nascidos vivos prematuros por região. Os dados foram analisados para a organização dos principais adendos.

RESULTADOS

Analisando os gráficos, pode-se constatar que não houve alterações substanciais nos números de nascimentos prematuros no período pré-pandêmico (2018 e 2019) e durante a pandemia (2020 e 2021).



Gráfico1: Números de nascimentos prematuros no período pré-pandêmico **A.** Ano de 2018.
B. Ano de 2019.



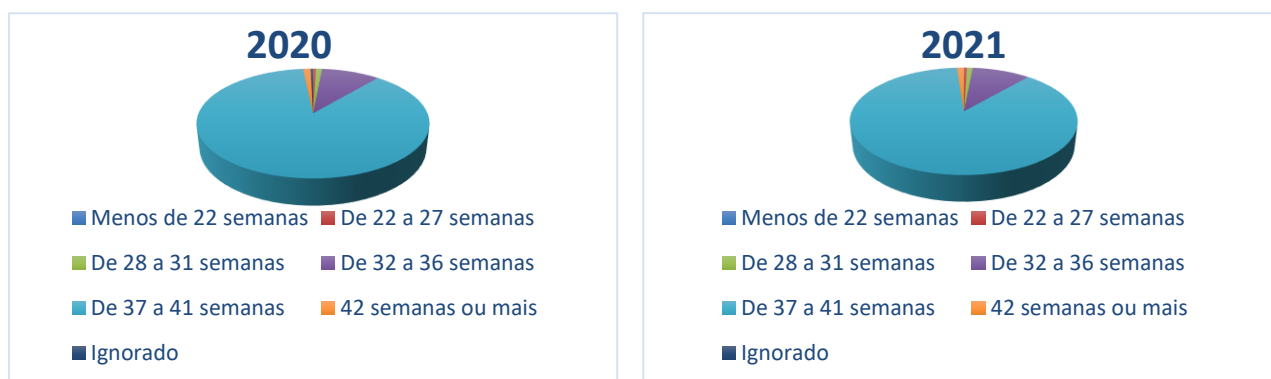


Gráfico2: Números de nascimentos prematuros no período pandêmico **A.** Ano de 2020. **B.** Ano de 2021.

Em termos percentuais, esta análise revela que, para recém-nascidos com menos de 22 semanas, observamos uma taxa de 0,03% nos anos de 2018, 2019 e 2021, reduzindo-se a 0,02% no ano de 2020. No intervalo de 22 a 27 semanas de gestação, a incidência foi de 0,4% nos anos de 2018, 2019 e 2020, aumentando para 0,5% no ano de 2021. Entre 28 e 31 semanas de gestação, a taxa foi de 0,9% nos anos de 2018, 2019 e 2021, com um acréscimo para 1% em 2020. Por fim, para bebês nascidos entre 32 e 37 semanas, a incidência estável em 0,9% ao longo dos anos apresentados, ou seja, 2018, 2019, 2020 e 2021.

DISCUSSÃO

A pesquisa teve como escopo a análise do perfil de nascimentos prematuros ocorridos nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, abrangendo tanto o período prévio à pandemia quanto o período subsequente à sua instauração, na região Sul do Brasil. Para realizar essa análise, foram utilizados dados extraídos da plataforma DATASUS, com o intuito de examinar em profundidade a incidência de nascimentos prematuros ao longo desse intervalo temporal, no qual não se observou aumento significativo.



Conhecendo o respeito da prematuridade e de todos os impactos que esta condição acarreta, tanto para o neonato quanto para suas famílias e a sociedade em geral, foi conduzido uma pesquisa ao longo de um período de quatro anos. O propósito desta pesquisa foi estabelecer uma explicação entre o número de partos prematuros e o período de pandemia, a fim de verificar se houve um aumento nos nascimentos prematuros. Isso se justifica, uma vez que a prematuridade representa um problema específico de saúde pública e figura como a principal causa de morbidade e mortalidade neonatal, tanto precoce quanto tardia, superando até mesmo as anomalias congênitas (ARNAEZ et al., 2021).

Entretanto, é conhecido que o vírus COVID-19 possui uma capacidade de invadir nosso organismo e afetar o sistema imunológico, causando sintomas graves, como dispneia, que podem levar a consequências fatais. A infecção pelo vírus SARS-CoV-2 em mulheres grávidas tem sido associada a taxas mais elevadas de parto prematuro e cesarianas quando comparadas à população em geral. Além disso, a gestação, devido às suas alterações fisiológicas, predispõe a um risco aumentado de complicações e condições clínicas materno-fetais mais adversas, tais como restrição de crescimento intrauterino, aborto espontâneo e morte perinatal, bem como o parto prematuro (HUSEYNOVA et al., 2021). E esmo que alguns autores afirmem que a COVID-19 teve influência na ocorrência de partos prematuros, com base em nossa pesquisa, podemos constatar que tal fenômeno não se materializou. Isso se evidencia pelo fato de que as estatísticas de nascimentos prematuros permaneceram consistentes tanto antes do advento da pandemia quanto durante seu curso, observado na região Sul do Brasil.

A presente pandemia tem desencadeado um aumento notável da apreensão e tensão entre as gestantes. Para além das habituais apreensões relacionadas à fisiologia do parto, tais como a dor, as dúvidas e as descobertas, elas agora se veem confrontadas com as incertezas ligadas à infecção pelo COVID-19. Assim, inseridas neste contexto de dúvidas, inseguranças e ansiedade, o medo do parto tem experimentado um crescimento entre as gestantes, o que, por sua vez, tem sido refletido na ocorrência de complicações durante o período gestacional. Esta realidade encontra respaldo na literatura científica, como evidenciado em um estudo no qual uma gestante, sem histórico de doenças preexistentes, entrou em trabalho de parto prematuro na 36ª semana de gestação devido ao contexto de medo e incertezas relacionadas à própria doença, tanto em relação à saúde materna quanto à fetal (SOUTO SPA, et al., 2020; FURLAN MCR, et al., 2020).



No entanto, ao analisarmos os dados da tabela referentes aos nascimentos ocorridos na 36ª semana de gestação na região Sul do Brasil no período de 2018 a 2021, constatamos que não houve aumento nos casos de nascimentos prematuros. Pelo contrário, observou-se uma diminuição, com uma queda de 1.939 casos entre 2018 e 2021. Portanto, as evidências relacionadas à infecção por COVID-19 em mulheres grávidas não demonstraram diferenças em relação à prematuridade.

Em contrapartida, outra pesquisa na qual também investigar a possível relação entre a prematuridade e a COVID-19, com foco no novo coronavírus (SARS-CoV-2) e sua potencial influência no nascimento prematuro, mostra que em uma análise de 16 estudos observacionais e 44 relatos de casos, abrangendo um total de 920 neonatos provenientes de gestantes infectadas pelo SARS-CoV-2, revelou que aproximadamente 37% desses partos ocorreram antes do termo. No contexto brasileiro, entre os anos de 2011 e 2021, foram registrados 31.625.722 nascidos vivos. Dentre esses, 3.503.085 (11,0%) foram classificados como prematuros, resultando em uma prevalência de prematuridade de 11,1%. Portanto, ao compararmos a média da prevalência de prematuridade observada ao longo dos diferentes períodos, não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas com base em características maternas e gestacionais (ALBERTON; ROSA; ISER, 2023).

Ao analisarmos os resultados dispostos nas tabelas, observamos que a incidência de partos prematuros, abrangendo gestações com menos de 22 semanas, apresentou um aumento em 2018 e 2019, ou seja, antes do surgimento da pandemia. Esta tendência foi sucedida por uma diminuição em 2020, seguida de um retorno à estabilidade em 2021, já em pleno curso da pandemia. No intervalo de 22 a 27 semanas de gestação, os números permaneceram consistentes nos anos de 2018, 2019 e 2020, experimentando um aumento ligeiramente notável no ano subsequente, em 2021.

No que concerne ao período de 28 a 31 semanas, os valores mantiveram-se praticamente inalterados durante os anos de 2018, 2019 e 2021, sofrendo uma elevação ligeiramente perceptível apenas em 2020. Por fim, no intervalo de 32 a 36 semanas de gestação, observou-se um número praticamente constante, com variação mínima ao longo de todos os anos analisados.

Portanto podemos afirmar que durante o período de vigência da pandemia de COVID-19, observamos que os casos de prematuridade permaneceram relativamente constantes. Importante



ressaltar que essa estabilidade não demonstrou influência significativa sobre os índices de nascimentos prematuros.

CONCLUSÃO

Em conclusão, a pesquisa abordando nascimentos prematuros na região Sul do Brasil no período de 2018 a 2021 não identificou evidências substanciais de um aumento associado à pandemia de COVID-19. Os dados revelaram que as taxas de prematuridade se mantiveram estáveis durante esse intervalo, indicando que outros elementos podem desempenhar um papel relevante nessa condição, além da influência da infecção viral. Esses resultados ressaltam a complexidade desse fenômeno de saúde pública, que demanda investigações mais abrangentes para compreender suas causas subjacentes. A região Sul é reconhecida pela sua infraestrutura médica mais desenvolvida em comparação com outras áreas do país. Essa circunstância pode ter influenciado a falta de disparidade observada nos resultados. Sugerimos, portanto, que estudos adicionais considerem a extensão dessa comparação para outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, M.; ROSA, V. M.; ISER, B. P. M. Prevalence and temporal trend of prematurity in Brazil before and during the COVID-19 pandemic: a historical time series analysis, 2011-2021. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 32, 2023.
- BHERING, N. B. V.; ARNDT, C. G.; GONÇALVES FILHO, D. A. de P.; VITA, D. T. P.; CHAGAS, F. R. da C.; GAZZONI, G. A. S.; BESSA, I. de P. P.; COSTA, J. R. S.; SILVA, J. C. B. M.; DA COSTA, T. M. M. O parto prematuro induzido pela covid-19: uma revisão da literatura / Premature birth induced by covid-19: a literature review. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 4401–4415, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-034. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25638>. Acesso em: 29 sep. 2023.
- CARDOSO, P. Prematuridade durante a pandemia de Covid-19 em vigência de medidas restritivas: uma revisão integrativa. 2021.
- VOGEL, J. P.; CHAWANPAIBOON, S.; MOLLER, A. B.; WATANANIRUN, K. *et al.* The global epidemiology of preterm birth. **Best Pract Res Clin Obstet Gynaecol**, 52, p. 3-12, Oct 2018.



SEMANA DA FISIOTERAPIA



**JUNTOS SOMOS
+ FORTES**